

Introdução	17
Parte I - Fundamentos para uma discussão em torno do conceito, do objeto e da função da prova no processo civil contemporâneo	19
Capítulo I - A delimitação do conceito e da função da prova no processo civil: uma perspectiva histórica	21
1. As diversas experiências do processo civil romano	21
2. O modelo germânico da Alta Idade Média	25
3. A prova no processo civil da Baixa Idade Média: a formação do <i>Ordo Iudiciarius Medioevale</i>	29
4. A reação ao modelo do <i>Ordo Iudiciarius Medioevale</i> : o triunfo da teoria da prova legal	30
5. Rumo à Idade Contemporânea: as diversas concepções dos papéis dos sujeitos do processo em sede de atividade instrutória	34
6. Conclusão preliminar: a identificação de três modelos fundamentais a respeito do conceito e da função da prova no processo civil	39
6.1. A prova como <i>experimentum</i>	39
6.2. A prova como <i>ratio</i>	41
6.3. A prova como <i>argumentum</i>	42
Capítulo II - A tradicional visão doutrinária a respeito do conceito, do objeto e da função da prova no processo civil	44
1. O panorama doutrinário atual a respeito do conceito de prova no processo civil	44
2. Sobre o objeto da prova no processo civil	49
2.1. A distinção entre <i>questões de fato</i> e <i>questões de Direito</i>	49
2.2. A distinção entre <i>atos</i> e <i>alegações sobre fatos</i>	49
2.3. A desnecessidade de prova dos fatos notórios	52
2.4. A desnecessidade de prova dos fatos (ou alegações sobre fatos) jurídicos em favor dos quais milita a presunção de existência	54
2.5. A existência de controvérsia sobre fatos (ou alegações sobre fatos) como pressuposto para a apuração da necessidade de provas	57
2.6. A prova do teor e da vigência do texto de lei	58
3. Sobre os fins da atividade de produção de provas no processo civil	62
3.1. Prova e investigação da verdade	62
3.2. Prova e produção de certeza jurídica	64
3.3. Prova e formação do convencimento judicial	66
Parte II - A Redefinição dos contornos do conceito de prova no processo civil contemporâneo	71
Capítulo I - Os motivos que levam à necessidade de rediscussão do conceito, do objeto e da função da prova no processo civil contemporâneo	72
1. Das relações entre Direito e argumentação	72
1.1. Viehweg e redescoberta do método tópico	73
1.2. A Nova Retórica de Chaïm Perelman	75
1.3. O pensamento de Alessandro Giuliani	81
1.4 A lição de Robert Alexy	83
1.5. Conclusão preliminar: a argumentação jurídica e os avanços dos estudos em torno do processo e da prova	86
2. O redimensionamento das relações entre os sujeitos do processo como instrumento para a realização dos fins tutelados pelo ordenamento jurídico	88
2.1. O princípio dispositivo, a imparcialidade do juiz e o redimensionamento da distribuição de cargas de participação atribuídas aos sujeitos do processo: entre a liberdade das partes e o exercício de poder jurisdicional	90

2.2. O princípio do contraditório e a ordenação da atuação dos sujeitos do processo	98
2.2.1. O princípio do contraditório e a orientação dialética do processo	98
2.2.2. O conteúdo jurídico da garantia do contraditório no processo civil contemporâneo	101
2.3. Conclusões parciais: para uma interpretação teleológica da ordenação dos papéis dos sujeitos do processo	109
Capítulo II - A revisão do conceito, do objeto e da finalidade da prova em face das exigências do direito processual civil contemporâneo	111
1. O conceito de prova no contexto do processo civil contemporâneo	111
2. O objeto da prova no contexto do processo civil contemporâneo	113
2.1. As alegações sobre fatos como objeto da prova	113
2.1.1. Sobre o(s) significado(s) da idéia de verdade	114
2.1.2. Verdade, representação e prova	117
2.2. A relevância jurídica das alegações sobre fatos e o objeto da prova	119
2.2.1. Das relações entre a relevância jurídica das alegações sobre fatos e o conteúdo das normas jurídicas que veiculam a tutela jurisdicional pretendida pelas partes	119
2.2.2. A influência de fatores de ordem valorativa na determinação do significado das alegações sobre fatos juridicamente relevantes que compõem o objeto da prova	121
2.2.3. A atribuição de ônus de ordem lógica na determinação do significado das alegações sobre fatos juridicamente relevantes que compõem o objeto da prova	124
2.2.4. A relevância jurídica das alegações sobre fatos que compõem o objeto da prova e a função criativa do juiz	126
2.3. A natureza controvertida das alegações sobre fatos e o objeto da prova	130
2.3.1. A orientação dialética do processo e a formação da controvérsia	131
2.3.2. A atribuição de ônus de alegação sobre fatos às partes, a determinação do conteúdo da controvérsia e do objeto da prova	134
2.3.3. O regime jurídico-positivo dos ônus de alegação sobre fatos associados às partes e os seus reflexos sobre a determinação do objeto da prova	137
2.3.4. O regime jurídico-positivo dos ônus de alegação, o princípio da estabilidade da demanda e o objeto da prova	143
3. A finalidade da prova no contexto do processo civil contemporâneo	146
3.1. O problema da finalidade da prova como projeção do debate em torno dos fins do processo	147
3.2. Prova, verdade, descoberta e justificação	150
3.3. O conhecimento da verdade histórica e a formação do convencimento jurisdicional no panorama dos resultados a serem alcançados através do processo	153
Parte III - Prova, persuasão racional do juiz e formação do convencimento jurisdicional no processo civil contemporâneo . 157	
Capítulo I - A prova cível em perspectiva argumentativa	158
1. A racionalidade do discurso jurídico-processual relacionado à prova cível	158
2. As diferentes estruturas argumentativas do discurso jurídico-processual relacionado à prova e a distinção entre prova direta e prova indireta	159
3. O papel das regras de experiência na composição da estrutura argumentativa em sede de prova cível	166
3.1. As regras de experiência pautadas no senso comum	168
3.2. As regras de experiência pautadas em conhecimentos científicos	172
4. Das relações e das distinções entre provas e presunções	177
Capítulo II - Probabilidade, valoração da prova e a formação do convencimento jurisdicional no processo civil contemporâneo . . 187	
1. Os limites da liberdade na apreciação da prova e na formação do convencimento judicial	187
2. Probabilidade, racionalidade e formação do convencimento jurisdicional	189
2.1. Verdade, verossimilhança e probabilidade	190
2.2. Probabilidade e valoração da prova	195
2.2.1. O bayesianismo e a probabilidade matemática	196
2.2.2. O <i>Evidence Value Model</i>	199
2.2.3. Cohen e a idéia de probabilidade indutiva	203
2.3. Conclusões parciais: probabilidade e racionalidade da formação do convencimento jurisdicional	209
2.3.1. As regras de experiência e a análise em sede de probabilidade	210
2.3.2. Os módulos de prova, os <i>standards</i> de prova e a análise em sede de probabilidade	212
3. A valoração da prova e a formação do convencimento jurisdicional em perspectiva dinâmica	218
3.1. Premissas para o estudo da valoração da prova em perspectiva dinâmica	218

3.1.1. Fluxos de conhecimento, valoração da prova e formação do convencimento jurisdicional	219
3.1.2. A valoração da prova como processo mental	220
3.2. O controle da racionalidade da valoração da prova e da formação do convencimento jurisdicional em perspectiva dinâmica	223
3.2.1. A construção de regras argumentativas ligadas à natureza dialética do processo	223
3.2.2. A construção de regras argumentativas ligadas à natureza retórica do debate processual	227
3.2.3. Presunções, valoração da prova e formação do convencimento jurisdicional	229
3.2.4. Argumentos de prova, valoração da prova e formação do convencimento jurisdicional	232
4. A valoração da prova e o regime jurídico dos meios de prova no Código de Processo Civil Brasileiro	238
4.1. Limites em sede de valoração da prova estabelecidos no regime jurídico aplicável à confissão	238
4.2. Limites em sede de valoração da prova estabelecidos no regime jurídico aplicável à prova testemunhal	245
4.2.1. A valoração da prova testemunhal e os limites relacionados à sua admissibilidade e relevância	245
4.2.2. A valoração da prova testemunhal e a dispensa da testemunha de prestar o compromisso de dizer a verdade	248
4.2.3. A valoração da prova testemunhal e o direito de a testemunha não se manifestar sobre determinados fatos	251
4.2.4. A valoração da prova testemunhal e o testemunho indireto	253
4.3. Limites em sede de valoração da prova estabelecidos no regime jurídico aplicável à prova documental	254
4.3.1. A valoração da prova documental e a forma revestida pelo documento	257
4.3.2. A valoração da prova documental e a autenticidade do documento	261
4.3.3. A valoração da prova documental e o conteúdo veiculado no documento	264
4.3.4. A valoração da prova documental e a finalidade associada ao documento	271
4.4. Limites em sede de valoração da prova estabelecidos no regime jurídico aplicável à prova pericial	277
Capítulo III - O regime jurídico da atividade de produção de provas e a persuasão racional do juiz no processo civil contemporâneo.	284
1. A persuasão racional do juiz e o regime jurídico aplicável aos juízos de admissibilidade e de relevância da prova no processo civil	284
1.1. Persuasão racional do juiz e admissibilidade dos meios de prova	285
1.1.1. Admissibilidade da prova e tipicidade dos meios de prova	285
1.1.2. Admissibilidade da prova e licitude da prova	291
1.1.3. Admissibilidade da prova e o regime jurídico dos meios de prova especificados no Código de Processo Civil brasileiro	297
1.2. Persuasão racional do juiz e relevância da prova	310
1.2.1. O juízo quanto à relevância da prova e sua dimensão jurídico-argumentativa	310
1.2.2. A relevância da prova e os casos de inexistência de controvérsia a respeito das versões da realidade trazidas aos autos pelas partes	314
1.2.3. A relevância da prova e a existência de presunções	319
2. A persuasão racional do juiz e a atribuição de direitos, de deveres e de ônus aos sujeitos do processo na atividade de instrução	321
2.1. O dever de colaboração na atividade de instrução processual	321
2.2. O conteúdo do direito da parte à produção de provas	326
2.3. Os poderes instrutórios do juiz	330
2.4. Os ônus de prova e os sujeitos processuais	335
2.4.1. A repartição dos ônus de prova, o estabelecimento de regras de julgamento e a otimização da ordenação do debate processual	335
2.4.2. A racionalidade subjacente aos critérios de responsabilização das partes nas regras de julgamento inscritas no art. 333 do Código de Processo Civil brasileiro	340
2.4.3. A racionalidade subjacente às regras de julgamento agrupadas sob o manto da idéia de inversão do ônus da prova	344
2.4.4. A racionalidade subjacente às regras de julgamento agrupadas sob o manto das idéias de cargas probatórias dinâmicas	348
2.5. Os direitos e os deveres de terceiros na atividade de instrução processual	352
Conclusão	355
Bibliografia	371